

O Estatuto do Desarmamento e a Psicologia: Subsídios para a manutenção da Lei 10.826/03.

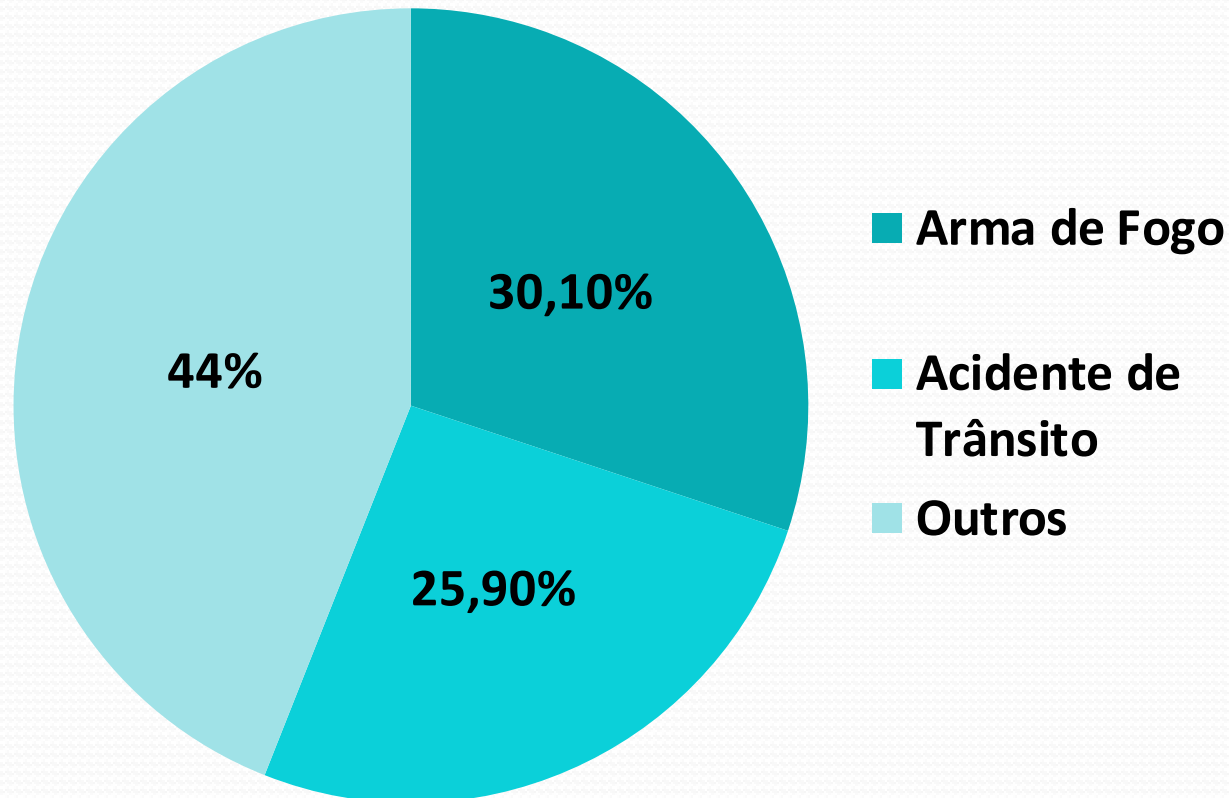
O Conselho Federal de Psicologia

- Instituído pela Lei 5.766/71.
- Principais atribuições:
 - ✓ Orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de Psicólogo;
 - ✓ Expedir as resoluções necessárias ao cumprimento das leis em vigor e das que venham modificar as atribuições e competência dos profissionais de Psicologia;
 - ✓ Servir de órgão consultivo em matéria de Psicologia.



Alguns Números no Brasil

- Mortes por causas externas (todas menos as naturais).



* Dados do Instituto Sou da Paz

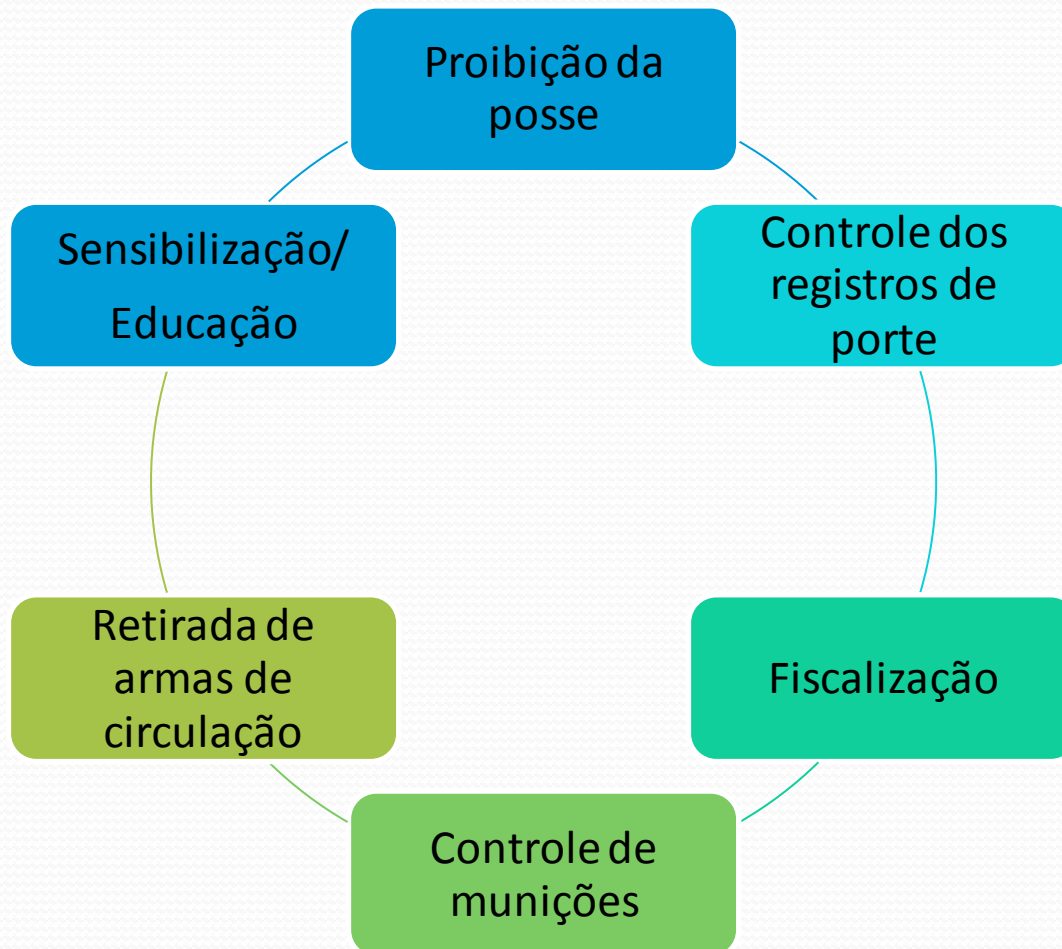
O Estatuto do Desarmamento

- Instituído pela Lei 10.826/2003.
- Estabelece uma política pública para o controle de armas de fogo.
- Proibiu o porte de armas.
- Aumentou a idade mínima (25 anos) e impôs regras para a compra.
- Previu Campanha de Entrega Voluntária de Armas.
- Instituiu o crime de tráfico ilegal de armas.

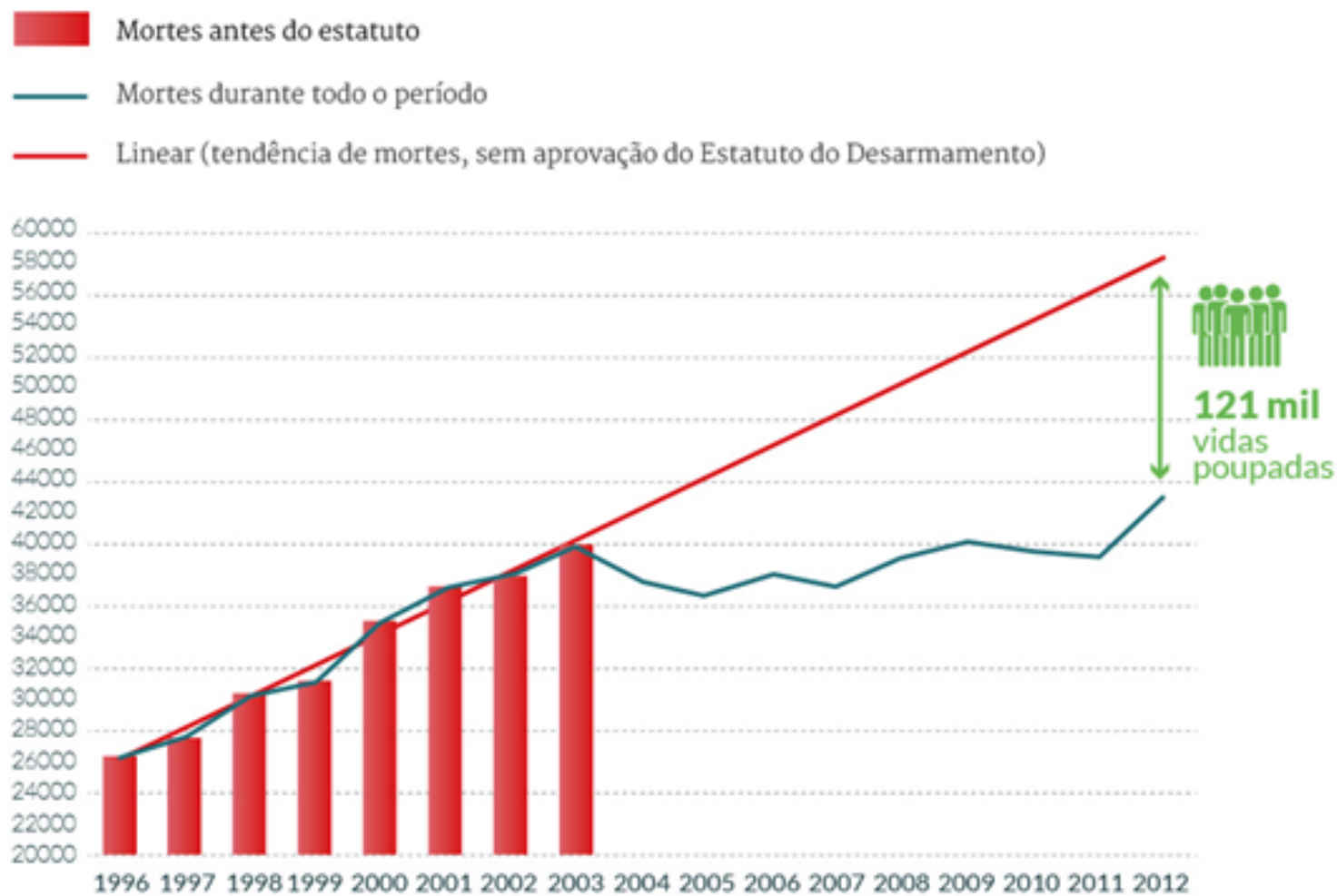
O Estatuto do Desarmamento

- Aumentou o controle sobre a produção e venda de armas não só para civis, mas também para órgãos públicos e empresas de segurança privada.
- Centralizou a emissão do registro de armas na Polícia Federal (SINARM).
- Integrou o banco de dados do Exército e da Polícia Federal (SIGMA e SINARM).
- Prevê a impressão digital da arma e a marcação da munição.

Eixos da Política Pública



O EFEITO DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO SOBRE AS **MORTES COM ARMAS DE FOGO**



Fonte: DATASUS/ Elaboração: Glaucio Soares e Daniel Cerqueira

Alguns Mitos (Dados do Instituto Sou da Paz)

- Estão desarmando os cidadãos de bem e armando os bandidos.
- Todo cidadão tem direito à legítima defesa de sua família, casa e propriedade.
- A proibição da venda vai favorecer o crescimento do comércio ilegal de armas.
- A proibição da venda de armas vai gerar desemprego e fazer com que o Brasil arrecade menos impostos.
- Todas as ditaduras, para se estabelecerem, desarmaram os cidadãos civis.

Alguns Mitos (Dados do Instituto Sou da Paz)

- O desarmamento não é a solução, a questão é social.
- O governo não garante a segurança pública e o cidadão precisa suprir esta lacuna.

O Estatuto e o PL

LEI 10.826/03

Aprovação pela Polícia Federal e comprovação de aptidão técnica e psicológica

Porte civil é proibido, concedido apenas em casos excepcionais

Civis podem ter até 6 armas

PL 3.722/12

Posse de arma será um direito assegurado a qualquer cidadão sem necessidade de comprovação de aptidão

Porte permitido a qualquer cidadão que comprove aptidão técnica e psicológica.

Civis poderiam ter até 9 armas

O Estatuto e o PL

LEI 10.826/03

PL 3.722/12

Civis podem comprar o limite de 50 munições por arma por ano.

Recarga de munições permitida excepcionalmente para instituições de ensino policial e guardas municipais

Publicidade de armas e munições está proibida (exceto em publicações especializadas)

Idade mínima de 25 anos para compra de armas

Limite passaria para 600 munições por arma por ano

Instituições esportivas e outros segmentos, como empresas de segurança privada, serão liberados para realizar

Publicidade de armas e munições fica liberada em qualquer veículo.

Idade mínima passa a ser 21 anos

A Inserção do Psicólogo

O psicólogo promove a avaliação psicológica dos interessados na aquisição, no registro, na renovação de registro e na obtenção de porte de arma de fogo.

(...) o candidato será submetido à bateria de instrumentos de avaliação psicológica composta de inventário de personalidade, questionário, teste projetivo, expressivo, módulo de informações complementares e dinâmica de grupo, visando aferir a estrutura da personalidade.

A Inserção do Psicólogo

Normas que disciplinam a questão:

- Lei 10.826/03
- Decreto 5.123/04
- Instrução Normativa DPF 023/05
- Código de Ética Profissional do Psicólogo
- Resoluções do CFP

A Inserção do Psicólogo

Decreto 5.123/04 (Art. 12, VII):

- Institui a comprovação de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, por laudo conclusivo fornecido por psicólogo do quadro da Polícia Federal ou por esta credenciado.

Lei 10.826/03:

- Estabelece a periodicidade não inferior a 3 anos para a renovação da comprovação de aptidão psicológica.

A Inserção do Psicólogo

PL 3722/12:

- Exclui a obrigação do exame periódico para a comprovação de aptidão psicológica para aquisição e registro.
- Retira também toda a regulamentação da aptidão psicológica, um dos fundamentos da concessão do porte de arma.
- Descentraliza o cadastramento dos psicólogos, função hoje atribuída ao Departamento de Polícia Federal, o que fragiliza a regulamentação da aptidão psicológica.

A Inserção do Psicólogo

Destaca-se:

Não há respaldo científico para a supressão da periodicidade da comprovação de aptidão psicológica.

A nova lei permitiria o registro e o porte de arma a pessoas cuja aptidão psicológica não foi verificada e não haveria mecanismos legais para prevenir o mau uso da arma de fogo por essa razão.

A Inserção do Psicólogo

Sobre a posse de arma de fogo, o PL 3.722/12 concederia amplo acesso à arma de fogo aos cidadãos, com controle menos estrito do que o existente hoje para agentes da segurança pública, no que toca a avaliação psicológica.

A Inserção do Psicólogo

A nova lei permitiria o porte de arma a pessoas cuja aptidão psicológica é duvidosa e não haveria mecanismos legais para prevenir o mau uso da arma de fogo por essa razão.

A Inserção do Psicólogo

A nova lei permitiria o porte de arma a pessoas cuja aptidão psicológica é duvidosa e não haveria mecanismos legais para prevenir o mau uso da arma de fogo por essa razão.

Atribuições do Psicólogo Credenciado

- Domínio das técnicas e instrumentos psicológicos, previstos nesta Ordem de Serviço.
- Aplicar e proceder a correção e avaliação dos instrumentos.
- Emitir laudo.
- Proceder entrevista de devolução e de reavaliação.
- Manter os arquivos atualizados com os instrumentos aplicados e laudo emitidos, por 5 (cinco) anos, à partir da data do exame, conforme Resolução 17/2002-CFP.

Atribuições do Psicólogo Credenciado

- Colaborar com o setor responsável na CGDI(DPF).
- Remeter mensalmente à CGDI (DPF) relação nominal dos candidatos que foram submetidos aos testes.
- Solicitar ao candidato a aquisição e porte de armas, que assine termo de responsabilidade, informando que não se submeteu a exame para a mesma finalidade, nos últimos 90 (noventa) dias (anexo 06);
- Cumprir e fazer cumprir o Código de Ética Profissional do Psicólogo, e demais Resoluções do Conselho Federal de Psicologia.

O Credenciamento de Psicólogos

- Deve ser renovado a cada 2 anos.
- São requisitos para o credenciamento do Psicólogo junto à DPF.
 - Possuir título de Psicólogo e estar em dia com a anuidade do Conselho de Psicologia de sua região;
 - Ter 3 (três) anos de efetivo exercício da profissão e prática comprovada com os instrumentos a serem utilizados ou possuir certificado de curso dos testes exigidos com carga horária mínima de 80 (oitenta) horas-aula;
 - Dispor de ambiente e equipamentos adequados para aplicação dos instrumentos.

Contatos CFP

www.cfp.org.br

relacoesinstitucionais@cfp.org.br

(61) 2109-0100





Conselho
Federal de
Psicologia